



1290000355



TCC/UNICAMP Ig4m



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia – IE
CE 851 – Monografia 2

Mobilidade Social e Desenvolvimento Sócio-econômico nos Anos 90 no Brasil

Aluna: Desirée Módolo Vila Iglesias
RA: 991623
Professor Orientador: Waldir Quadros

Campinas, 30 de Junho de 2003

TCC/UNICAMP
Ig4m
IE/355

CEDOC/IE

Índice

| | Página |
|-------------------------------|--------|
| 1) Introdução | 3 |
| 2) Antecedentes | 4 |
| 3) Anos 70 e 80 | 8 |
| 4) Anos 90 | 17 |
| 5) Conclusão | 30 |
| 6) Referências Bibliográficas | 33 |

1) Introdução:

Visto que na década de 70 (milagre brasileiro) a economia brasileira passa a ter um grande aumento da mobilidade social nunca ocorrido antes, porém aprofundando o processo de desigualdade social e na década de 80 essa mobilidade não existe mais, esta monografia analisa a mobilidade social nos anos 90 relacionando com o aumento da regressão social.

Portanto, este trabalho visa um estudo mais apurado da mobilidade social dos anos 90 no Brasil. O objetivo principal é observar como foi o processo de transformação social dos anos 90, relacionar com as transformações econômicas e sociais antecedentes e comparar com o processo de mobilidade social das décadas marcadas pela industrialização pesada. Trata-se em identificar a regressão da mobilidade social e um aumento da desigualdade social.

Os anos 90 representaram grandes mudanças tanto na estrutura econômica e na estrutura social. O neoliberalismo, a grande abertura que aumentou a dependência externa e valorizou o capital (abertura financeira) e não a produção (especulação) agravou a desigualdade social que já era uma herança histórica desde a colonização do Brasil com a distribuição de renda e terras desigual. Assim podemos apresentar como hipótese que o neoliberalismo e abertura unidos com a herança do descaso social agravaram as questões sociais que por sua vez refletiram num inexistente dinamismo da mobilidade social nos anos 90 no Brasil.

Isto pode ser visto quando comparamos os anos 90 com as décadas anteriores, principalmente a década de 70, e quando analisamos alguns aspectos da década de 90 que apresenta um descaso da parte do Estado em promover políticas sociais, um aumento do desemprego estrutural e diminuição dos salários, aumento da marginalização e da violência, deterioramento da distribuição de renda e regressão social. As políticas econômicas vigentes não são capazes de proporcionar um melhora nestes aspectos e de dar certo dinamismo à mobilidade social já que também não é interesse da elite brasileira e nem da ordem mundial de globalização.

2) Antecedentes:

Durante as décadas de 50, 60 e 70 o Brasil pode ser caracterizado por um crescimento econômico rápido, mobilidade social e generalização do padrão de consumo. Entre 1945 a 1964 o país passa por intenso processo de industrialização caracterizado pela construção de setores tecnologicamente mais avançados, investimentos de grande porte, urbanização e migração. A partir de 1964 até o final da década de 70, o Brasil passa por uma euforia e pelo Milagre Brasileiro que consiste na utilização destes recursos criados no período anterior, onde se acredita que o Brasil realiza um processo de modernização econômica, social e política. O Brasil foi capaz de construir uma economia moderna que incorporasse novos padrões de produção e consumo de países desenvolvidos.

É neste contexto que se observa uma maior mobilidade social, principalmente entre o meio rural e o meio urbano. Em 1950 a população brasileira se dividida em 10 milhões de pessoas nas cidades e 41 milhões de pessoas no campo. E quem morava no campo era considerado inferior, atrasado e quem morava na cidade era moderno, avançado. Assim a vida na cidade era melhor e atraía pessoas do campo, pois oferecia uma vida melhor, maiores oportunidades, progresso individual, e uma forma de existência superior.

A estrutura social no campo era caracterizada por pobreza e miséria em sua maioria. No topo estavam os latifundiários de café ou cana ou até pecuaristas. Abaixo vinham trabalhadores assalariados que produziam para o mercado e algumas pequenas propriedades que se auto-sustentavam. Porém 85% da população rural era formada por pessoas extremamente pobres como posseiros, assalariados temporários ou permanentes, parceiros, que dependiam exclusivamente do poderio dos latifundiários. As técnicas de produção no campo ainda eram muito rudimentares, e esta esmagadora maioria da população produzia apenas para ter o que comer. Por causa destas técnicas rudimentares, logo o solo se esgotava e os miseráveis iam em buscas de novas terras, porém as mais produtivas já pertenciam aos latifundiários.

As condições de moradia eram as piores possíveis, como em pequenas casas de taipa onde morava a família inteira. O pai era o chefe da família e a mulher como os filhos eram sujeitos ao pai. Os filhos cedo começavam a trabalhar com os pais na lavoura para

ajudar na casa. Não havia higiene, roupas e alimentação adequada, por isso a expectativa de vida era muito baixa. Eram vidas sem esperança.

Em 1970 começou o processo de modernização do campo e os latifundiários começaram a trocar seus trabalhadores por tratores, máquinas agrícolas, adubos e fertilizantes e a vida no campo de tornou ainda pior.

Uma das alternativas de tentar melhorar de vida era o movimento de fronteira agrícola. Com a construção de estradas de rodagem, criação de infra-estrutura econômica e social feita pelo Estado, o deslocamento de pessoas nestas fronteiras agrícolas era mais fácil e o interior do Brasil foi sendo povoado, principalmente nas regiões como o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, até o norte do Brasil. Porém nestas fronteiras os pobres agricultores ainda tinham que enfrentar a força dos latifundiários e grileiros.

Porém para quem vivia nas condições precárias do campo a esperança de uma vida melhor era a cidade. Assim 39 milhões de pessoas nestas três décadas (anos 50, 60 e 70) saíram do campo e foram para as cidades em busca de uma vida melhor.

As grandes cidades eram as que atraíam mais pessoas como São Paulo e Rio de Janeiro por serem cidades maiores e centros da industrialização. E esta industrialização, desenvolvimento econômico e urbanização criavam mobilidade social e esperança para as pessoas mais pobres e miseráveis, principalmente as que moravam na zona rural, ou que eram marginalizadas como os negros, pois geravam novas oportunidades de vida, como novos investimentos e conseqüentemente novos empregos e tipos de trabalhos. O Brasil passava por um salto industrial e os investimentos não paravam de crescer, assim foram criados empregos nas indústrias para todas as camadas sociais, era necessário desde o pedreiro, servente de pedreiro, empreiteiro, até o médico, advogado e o grande empresário nacional para concretizar este salto.

Assim a industrialização e o capitalismo criam várias oportunidades: de investimento, de trabalho, de comércio, de investimento em educação, saúde, transporte, comunicação, civil, etc. Porém são oportunidades diferentes que exigem maior capital e menor capital e resultam em melhores ou piores remunerações. Isto significa que o capitalismo está sempre em concorrência, porém cria a ilusão de que todas as oportunidades são iguais. Na verdade no capitalismo triunfa o melhor, e o mercado mostra quanto cada coisa vale. E desta forma o capitalismo sempre está aumentando e realçando as assimetrias entre homens e empresas, conseqüentemente aumentando a desigualdade.

Então, o que vemos no Brasil durante este período é a criação de um capitalismo em um país periférico que ainda não tem todas as estruturas, tanto políticas, como sociais e econômicas para instalar este capitalismo através da industrialização. Este capitalismo trás mobilidade social, mudanças no padrão de consumo e produção, desenvolve setores com maior tecnologia, cria novas oportunidades, porém cada vez aumenta as assimetrias entre os grupos sociais inseridos no capitalismo por causa da brutal concorrência que estas oportunidades trazem.

A industrialização trouxe mobilidade social, pois criou um dinamismo da sociedade brasileira, porém aprofundou as desigualdades no Brasil. Podemos observar isto quando analisamos as camadas sociais que tiveram papel importante na industrialização: os imigrantes estrangeiros, os imigrantes rurais e os negros.

Os imigrantes estrangeiros já estavam localizados nos grandes centros urbanos como São Paulo e a vidas destes homens foi melhorando a partir do momento que conseguiram dar educação básica para seus filhos, abrir pequenos estabelecimentos comerciais, etc.

Os negros deixaram de ser totalmente marginalizados pela população e começaram a ter espaço no mercado de trabalho através de trabalhos mais pesados, subalternos. Porém ainda continuavam com a pior situação social e tratados com descaso. Porém a entrada no mercado de trabalho já significava alguma esperança.

Os imigrantes rurais estavam em situação melhor que os negros e em relação ao campo, mas estavam abaixo dos imigrantes estrangeiros. No campo eles não tinham nada e mudar mesmo para favela já era grande coisa e na maioria trabalhavam em empregos não muito especializados como empregadas domésticas, porteiros, manicures, etc.

Parece um pouco contraditório, mas neste período ocorre mobilidade social, as camadas mais pobres se encontram em situações melhores ainda caracterizadas por uma enorme pobreza e miséria, porém pela natureza do capitalismo que se instala através da industrialização, a desigualdade se torna cada vez maior.

A mobilidade social se torna possível pois através da industrialização são criados mecanismos de ascensão social.

Para a classe média este mecanismo se dava através da expansão da grande empresa estatal e nacional e pela ampliação da administração pública criadas pelo desenvolvimento da indústria. Assim os trabalhadores da classe média faziam cursos técnicos, se especializavam para tentar subir dentro dessas empresas. E assim

observamos um novo mecanismo de ascensão social: a educação. A classe média com muito sacrifício tentava educar seus filhos para que estes se tornassem um dia médicos, engenheiros, economistas, etc. Já as classes mais pobres tentavam manter seus filhos nas escolas primárias para que um dia estes pudessem pelo menos virar um operário de indústria e quem sabe fazer um curso técnico.

3) Anos 70 e 80:

Como foi visto anteriormente o intenso processo de industrialização e de urbanização levou a mudanças muito profundas na estrutura tanto econômica como social do Brasil. Novas ocupações foram criadas e outras foram renovadas surgindo novos modos de vida. Com isso surgiu uma nova estrutura capitalista, porém marcada por grandes desigualdades.

A década de 70 é marcada por um grande crescimento econômico. Ocorria a maturação dos investimentos do Plano de Metas e a economia brasileira passava pelo milagre econômico, onde novas oportunidades de investimento surgiam com a entrada de recursos estrangeiros no Brasil. Novos tipos de indústria se consolidavam como bens de capital e bens intermediários e isto dinamizava a sociedade e a economia. O Brasil parecia se tornar um país desenvolvido aos moldes dos países do centro.

Essa década também era caracterizada por uma forte transformação social. Viu-se uma polarização social onde em uma ponta se encontravam os proprietários e os segmentos superiores das camadas médias e na outra a massa de trabalhadores manuais, aqueles sem qualificações nas atividades agrícolas, nas atividades do terciário, na construção civil e na indústria de transformação. Também se observou uma transformação acelerada em direção a uma estrutura social muito mais complexa e desigual, porém que envolveu um processo de mobilidade social ascendente. E podemos dizer que essa mobilidade social se deu pois surgiram novas oportunidades de investimentos e trabalho devido à transformação e expansão das atividades econômicas no meio urbano.

Porém estas transformações fizeram com que se aumentasse as distâncias de renda, propriedade, consumo, educação e etc. A ascensão era expressa através do acesso a posições relativamente superiores que faziam com que fosse possível se utilizar novos padrões de consumo.

No estudo de Pastore da década de 70 ele mostra que existiu uma grande mobilidade ascendente tanto intrageracional com intergeracional. 54% dos indivíduos subiu durante sua permanência na atividade econômica e em relação aos pais 47 % ascendeu socialmente. 42% dos indivíduos ficaram no mesmo estrato e uma pequena porcentagem descendeu.

O que mais caracterizou este processo de ascendência foi diferenças entre as estruturas sócio-ocupacionais entre filhos e pais. Ocorreu uma diminuição das ocupações manuais não qualificadas da área rural e aumentaram-se as ocupações em outros estratos.

O que se mais viu durante as décadas de 70 e um pouco na década de 80 foi uma mobilidade ascendente (tanto intra com intergeracional) nos estratos mais baixos da sociedade. Porém essa ascensão foi caracterizada por pequenas distâncias, indo apenas para dois estratos imediatamente acima.

Essa alta mobilidade e o grande dinamismo da sociedade era explicado por fatores estruturais e não conjunturais, porém também se via que a mobilidade circular aumentava aos poucos principalmente entre jovens e na grande São Paulo.

Através deste estudo do Pastore (1979) vemos que o autor possui uma visão bastante conservadora e otimista da época. Isso porque ele deixava claro que a mobilidade social vista até então constituía um progresso social do Brasil. Isso queria dizer que para ele ocorreu mobilidade social unida a um processo de equalização social que resultou em uma sociedade caracterizada por uma menor desigualdade social. Ou seja, a sociedade brasileira, a partir desse dinamismo ascendente social, passou a ser menos desigual e mais homogênea. A mobilidade ascendente foi o aspecto que mostrou que o país passava por um desenvolvimento positivo.

O autor conclui que o Brasil avançou socialmente nestas décadas pois as oportunidades de emprego e a diferenciação ocupacional acabaram gerando aumento de status ocupacional para a maioria dos chefes de família. Ele mostra que a sociedade ainda continua desigual, porém que no passado essa desigualdade era maior, ou seja, que o Brasil estava mais homogêneo no final da década de 70 e início da década de 80. A industrialização unida à urbanização foi apta a proporcionar oportunidades ocupacionais melhores que as disponíveis em décadas anteriores. Isso acabou trazendo também melhores oportunidades educacionais e ocupacionais para os filhos dos chefes de família brasileiros.

Pastore também deixa claro que a pobreza no Brasil continua existindo e é um problema "crônico e persistente", mesmo depois deste dinamismo que o país passou. Mas sempre enfatiza sua visão conservadora dizendo que seria pior se esta mobilidade não tivesse ocorrido.

Mais tarde, utilizando outras pesquisas, Pastore junto a Haller (1993) chegam a outras conclusões sobre a sociedade brasileira. Ele mostra que nas décadas de 70 e 80 a

mobilidade social foi ascendente e representou uma melhora em relação ao passado, porém que as distâncias sociais percorridas nem sempre foram tão grandes e qualquer movimento dos filhos significou uma melhora social.

Além disso, ele acaba mudando seu pensamento anterior que dizia que a desigualdade havia diminuído e afirma que o Brasil passou por um paradoxo no qual consistia em uma ascensão social junto a um aumento da desigualdade. Ele explica isto através de dados que mostram que a grande maioria dos brasileiros, que tinham status baixo, percorreu pequenas distâncias, enquanto poucos brasileiros, que pertenciam ao status médio percorreram grandes distâncias na estrutura social. Com isso ocorreu um estiramento da estrutura social, na qual consistiu num aumento da classe média, porém a distância entre topo e a base da pirâmide social aumentou muito. O grosso da mobilidade ascendente ocorreu na base da pirâmide social, pois grande parte era de origem rural, a partir da qual toda movimentação do filho já significaria uma ascensão social. A abertura de oportunidades nas cidades e a emigração rural para os centros urbanos fizeram com que grande parte dos indivíduos se situassem melhor que seus pais.

Para Pastore e Haller (1993) a ascensão social representou a melhoria do padrão de vida, uma elevação do nível de consumo e a abertura de novas oportunidades de acesso a escola, trabalho e renda.

Os autores também acreditam que é possível observar uma forte redução dos estratos inferiores e uma ampliação dos estratos médios e altos de uma geração para a outra. Com isso surgiu uma classe média.

Em ambos os trabalhos, Pastore adota como critério para avaliar a mobilidade social o status social que conjuga ocupação, renda e educação, a partir do qual ele divide a sociedade em seis estratos sociais.

Usando esses seis estratos ele tenta comprovar que a sociedade brasileira continua em movimento:

- O estrato baixo-inferior (com trabalhadores rurais não-qualificadas) diminuiu 64,9% no caso dos pais para 32% para os filhos;
- O estrato baixo-superior (composto por indivíduos de ocupações manuais de baixa qualificação das cidades) subiu de 6,9% para os pais para 16% para os filhos;
- O estrato médio-inferior (ocupações manuais de certa qualificação) subiu de 9,3% dos pais para 23,8% para os filhos;

- Os estratos médio-médio (trabalhadores não manuais com certa qualificação) e o médio-superior (profissionais de nível médio e pequenos proprietários) apresentaram um pequeno crescimento.
- O estrato alto (classe alta ou elite) subiu de 2% para 3,5%;

Os autores concluem que esse movimento gradual de baixo para cima ocorreu em sociedades que acabaram de iniciar sua mobilidade social, pois o Brasil saiu de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana e foi neste processo que se viu no país os primeiros indícios de uma mobilidade social com ascensão. Com o desenvolvimento das cidades surgiu o movimento de migração dos campos com destino a estas e isso para muitos já significava um certo crescimento social. Porém a sociedade se tornou mais heterogênea já que as boas oportunidades e as grandes distâncias foram percorridas por poucas pessoas.

Ocorreu uma expansão do emprego mais acelerada na indústria moderna (petroquímica, química, automotivas, etc). O emprego na indústria tradicional (alimentos, têxtil, bebidas, móveis, madeira, etc) cresceu menos, mas nesta indústria o setor que cresceu mais foi o da construção civil devido o aumento da população urbana e a expansão das obras públicas.

Pastore também ressalta que no início ocorria uma mobilidade estrutural. As pessoas subiam socialmente preenchendo novas vagas. Até 1973 foi esse tipo de mobilidade que ocorreu. O surgimento da indústria fez com que aparecessem várias vagas não manuais e muitas pessoas que trabalhavam manualmente passaram a ocupar estas vagas. Já a mobilidade social circular é aquela na qual para um subir o outro deve descer.

O mercado de trabalho entre 1940 a 1970 foi marcado por uma expansão do número de empregos e diferenciação da estrutura de ocupações. A aceleração do crescimento econômico fez com que a mobilidade social decorresse do surgimento e ocupação de novas vagas na indústria, comércio e serviços. Neste ponto os autores enfatizam que o Estado foi um dos agentes principais para essa aceleração ocorrer (investindo principalmente em infra-estrutura e buscando capitais externos com investimento externo direto).

Assim podemos ver que Pastore primeiro concluiu que até a década de 80 o Brasil passava por uma grande mobilidade social e que esta foi uma das principais causas para que a desigualdade diminuísse já que no passado era pior e naquela época ele acreditava que a situação havia melhorado. Depois em seu trabalho de 1993, ele muda de opinião

dizendo que a mobilidade ascende havia corrido, mas que a desigualdade havia aumentado devido uma democratização heterogênea das oportunidades na qual muitos percorreram pequenas distâncias na estrutura social e pouquíssimos conseguiram ascender muito nesta mesma estrutura. Iremos ver mais para frente neste mesmo trabalho que Pastore, já na década de 90, continua defendendo esta última opinião (de que existe mobilidade social, mas a desigualdade aumenta) inclusive nos tempos atuais.

Wilnês Henrique (1999) fez um estudo sobre distribuição de renda e desigualdade no Brasil na década de 70. A autora aborda o tema da mobilidade social sempre ressaltando que a desigualdade aumentou, portanto se contrapondo ao estudo do Pastore de 1979.

A autora, porém concorda com o trabalho de Pastore e Haller (1993) ao afirmar que grande parte da mobilidade ascendente se deu devido à passagem de ocupações manuais não qualificadas na zona rural para ocupações manuais qualificadas no meio urbano. Portanto a mobilidade se deu em um nível muito baixo onde as diferenças de status não eram muito significativas.

Ocorreu, assim sendo, uma mudança na base da estrutura da sociedade que passava por um processo de industrialização deixando de ser predominantemente rural para passar a ser uma sociedade urbana e industrial. Isso fez com que os indivíduos das camadas mais baixas do meio rural tivessem que se movimentar muito pois as atividades agrícolas se tornaram estancadas com o avanço da indústria.

Foi durante essa década, também, que as camadas médias e altas cresceram abundantemente, com diferenças de renda bem marcadas e apenas alguns indivíduos conseguiram percorrer amplas distâncias.

Os espaços ocupacionais que surgiram para essas camadas foram pequenos, principalmente no topo da pirâmide social. Entretanto estes espaços foram crescendo, atingindo certa expressão, em um contexto no qual existiam enormes desigualdades sociais e que da forma pelo qual o desenvolvimento econômico foi tomando, essas desigualdades foram se tornando cada vez mais profundas.

É importante destacar o peso da herança social na determinação da posição individual. Se o indivíduo saiu de uma origem social baixa, provavelmente mais cedo foi o início da sua atividade e mais baixa foi sua primeira ocupação, conseqüentemente seu nível de educação foi baixo e ele não conseguiu ascender muito. A educação e a posição social de entrada na atividade econômica são dois aspectos que influenciam bastante na formação da herança social.

Os indivíduos dos estratos não manuais foram os que conseguiram aproveitar as boas oportunidades de mobilidade ascendente percorrendo grandes distâncias. A maior parte dos indivíduos saiu de estratos manuais não qualificados e percorreram distâncias muito pequenas e não tinham condições a concorrer a melhores oportunidades. Portanto não houve uma democratização de oportunidades, devido a monopólios sociais já existentes na sociedade brasileira. E esse monopólio social se deu, pois apenas poucos indivíduos das camadas altas podiam usufruir a educação, de oportunidades, da expansão de negócios, etc.

Além disso, esses monopólios são heranças sociais, pois desde que o Brasil começou a construir um mercado interno, e se constituir como uma nação, não era de interesse das elites que toda a população tivesse acesso à educação, saúde, terra, etc. Sempre houve ausência de políticas sociais e distributivas para contornar estes problemas que resultam na desigualdade. E para a as elites que estavam no poder isto era muito bom, pois a mão de obra era abundante, o que tornava os salários mais baixos, desde quando o Brasil era primário exportador, até quando se industrializou. Com isso, a elite se tornava mais rica e os pobres mais pobres. A distância entre o topo da pirâmide social e sua base se tornava cada vez maior com os monopólios sociais e a falta de políticas sociais. E este problema só será solucionado quando apenas o interesse da elite governar o Brasil e se passar a fazer reformas sociais, políticas sócias e distributivas, reforma agrária, previdenciária e tributária.

As camadas médias assalariadas da sociedade surgiram a partir do aumento dos espaços ocupacionais não manuais. Isso gerou uma mudança rápida de posições sociais e dos padrões de consumo. Como antes dos anos 50 a situação era muito precária, as mudanças foram dinâmicas e constituíram essa nova classe média.

No entanto este dinamismo não foi capaz de diminuir as desigualdades de oportunidades na mobilidade, principalmente devido a origens sociais. Grande parte da ascensão social aconteceu com pessoas que saíram dos estratos manuais não qualificados no campo e foram para os centros urbanos se tornando trabalhadores manuais qualificados. Enquanto a minoria apenas percorreu amplas distâncias. Neste aspecto W. Henrique (1999) concorda com o estudo do Pastore e Haller (1993).

As desigualdades de oportunidades foram maiores quando se tratadas em termos raciais. A população negra era a maior porcentagem em ocupações menos qualificadas, inclusive porque esta população tinha menos acesso a escolaridade. As melhores

oportunidades ocorreram para os filhos de imigrantes europeus e para as gerações posteriores das elites locais brasileiras.

Porém não foram apenas desigualdades ocupacionais, mas também foram desigualdades de renda e consumo. Com a desigualdade ocupacional, ocorreu uma piora grande na distribuição de renda na década de 70.

Sobre as desigualdades de renda pode-se observar que no meio urbano a desigualdade era mais acentuada. No meio rural as desigualdades eram (e ainda são) explicadas pela grande concentração de propriedade e pelos baixos níveis de produtividade. Além disso também se via grandes diferenças de renda entre as regiões brasileiras. O eixo Rio-São Paulo concentrava muito mais renda do que as regiões Nordeste e Norte, por exemplo, que o processo de industrialização era bem mais atrasado.

A desigualdade ocorria muito mais pela enorme dispersão das rendas de trabalho do que pela concentração de renda de propriedade. Havia uma distribuição de renda extremamente desigual de salários e ordenados. Isso significava que a mobilidade acabava tornando o país cada vez mais desigual. As pessoas saíam dos campos para as cidades em busca de novas oportunidades, e acabavam subindo um estrato manual (passavam a ser trabalhadores manuais qualificados). Contudo as grandes cidades ficavam cada vez mais cheias e a mão de obra barata (formada por estes trabalhadores manuais) se tornava abundante. Isso fazia com que os salários desses estratos se tornassem cada vez mais baixos, pois com muita gente concorrendo ao mesmo trabalho era mais fácil aceitar qualquer remuneração. Assim se contratava mais pessoas com um salário menor e produzindo mais, aumentando os lucros dos grandes empresários, que passavam a ganhar bem mais, aumentando ainda mais a distância da base da pirâmide para o topo, ou seja, elevando a desigualdade social no Brasil.

No final de seu trabalho, Henrique (1999) indica como foi a década de 80 em relação à desigualdade e a mobilidade. Ocorreu uma alteração dos indicadores de mobilidade social em meio à ampliação da desigualdade.

Os dados do início da década de 80 já mostram uma forte diminuição das oportunidades de ascensão. A mobilidade intergeracional caiu de 47,1% para 39,9% e a mobilidade de carreira caiu de 54,2% para 26,1%. O descenso foi baixo, porém nos anos 80 ele já existia.

Ao longo da década, a estrutura social de homens de família se manteve estável e os estratos superiores chegaram a aumentar um pouco sua participação. A imobilidade se

tornou mais freqüente. Na mesma geração a imobilidade chegou a atingir 67% dos chefes de família em 1988.

A industrialização fez com que a sociedade se tornasse dinâmica e que surgisse uma mobilidade ascendente muito rápida. A industrialização supõe transformações estruturais produtivas, distributivas e de urbanização. Assim supõe-se uma transferência de mão de obra do campo para a cidade e a abertura de novas oportunidades. Por isso a mobilidade esta intimamente ligada à industrialização.

Mas é importante lembrar que essa rapidez de mobilidade surgiu unida a perversidade social. A rapidez da industrialização fez com que alguns problemas sociais fossem deixados de lado, como o problema agrário. A saída de milhões de pessoas no campo fez com que as cidades não comportassem toda essa população, gerando um excesso de mão de obra barata para trabalhar nas indústrias e marginalizando grande parte da população, aumentando, portanto a desigualdade social.

Se a terra não fosse um monopólio de poucos e ao invés da industrialização desenfreada que acabou por tentar esconder alguns problemas, fosse feita uma reforma agrária, muitas pessoas não sairiam do campo e não seriam marginalizadas na cidade. Os salários nas indústrias seriam mais justos, pois não teria oferta de mão de obra excessiva.

Ocorreu mobilidade ascendente durante os anos de crescimento econômico, porém marcada por certa selvageria, já que foi uma mobilidade limitada para massas, como expõe Henrique (1999). Ela diz que a mobilidade foi limitada porque se percorre pequenas distâncias e as condições de vida continuam terríveis, já que o emprego é instável, os salários são baixos, as jornadas longas.

As oportunidades abertas através da industrialização também foram marcadas pela grande competição (na maioria das vezes injusta) tanto para oportunidades de emprego, investimentos e negócios.

Nos anos 70, a sociedade permanecia dinâmica e na ótica do indivíduo percorrer uma pequena distância já era algo grande, dada a situação de desigualdade social que existia e crescia no Brasil. A mobilidade se tornava algo de bom na circunstância da instalação de um capitalismo competitivo e selvagem. Seria o componente estrutural bom que ocorria ao meio da desigualdade.

Já nos anos 80, o que se vê é a estagnação e a falta de dinamismo. Ocorre uma diminuição das oportunidades e a estrutura social deteriora. Isso torna mais fácil a sociedade ver qual é sua real situação. Durante o dinamismo e a alta mobilidade era mais

difficil perceber que a desigualdade existia e de forma bastante forte. Com a recessão da década de 80 e o fim de um ciclo de crescimento era mais fácil ver que o Brasil continuava sendo um país desigual e que industrialização, da forma como foi desenvolvida no Brasil, só veio a agravar este quadro, já que esta foi feita levando em consideração apenas os interesses das elites e não da sociedade como um todo.

4) Anos 90:

A década de 80 foi um período de desaceleração e marcado pela crise da Dívida, que aprofundou a crise financeira e fiscal do estado nacional. Algumas das características dessa década foram: inflação alta, baixo crescimento, crise do balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação das dívidas interna e externa. Isso fez com que o Estado Nacional se tornasse mais fraco diminuindo gastos públicos e investimentos. A indústria se debilitou crescendo apenas os setores minerais e agroindústrias exportadores. Diminuiu a ação do Estado e os investimentos privados industriais. Com isso o parque produtivo de São Paulo estagnou, paralisando a dinâmica que ocorria na década anterior e tornando o Brasil como uma economia estagnada.

Na década de 90 o que se instala é o receituário neoliberal que foi difundido através do Consenso de Washington: instauração das reformas e políticas de corte neoliberais. A palavra eficiência tomou o lugar da palavra equidade.

Os modelos neoliberais impostos a América Latina causaram uma piora nas condições econômicas, políticas e sociais já deterioradas na década anterior. O receituário neoliberal estava assentado para atender duas ordens: a financeira e a produtiva. Destas duas ordens decorria a necessidade de imposição de um conjunto de reformas institucionais nestes países: desregulamentação dos fluxos internacionais de capital financeiro, abertura comercial e financeira, diminuição da ação e do tamanho do Estado, dispensa de funcionários, privatizações, flexibilização das relações trabalho-capital e reforma previdenciária. Essas reformas vieram junto a um plano de estabilização (elevada valorização cambial – aumentou importações e diminuiu exportações causando enormes déficits comerciais). Os déficits de serviço também aumentaram muito.

Isso fez com que aumentasse muito a necessidade de financiamento externo, aumentando conseqüentemente a dívida externa e a conta de juros. Isso gerou o aumento da dívida pública.

O que ocorreu foram mudanças radicais: inversão dos saldos externos (passam a ser deficitários), diminuição da inflação, corte maior dos gastos públicos, juros reais mais altos, e duplicação da taxa de desemprego.

Assim as restrições externas e internas ao crescimento aumentavam cada vez mais, inibindo o investimento tanto o público como privado.

Isso tudo gerou um menor crescimento e vários problemas sociais: aumento do desemprego, queda nos salários reais, corte com gastos sociais, aumento da violência, etc.

É neste contexto que em 2000 José Pastore junto a Nelson do Valle Silva elaboraram um estudo sobre mobilidade social, usando dados de 1996, um pouco mais otimista e conservador para este modelo neoliberal apresentado acima. Estes autores afirmam que: “os dados de 1996 reproduziram o fenômeno anteriormente observado, ou seja, que a mobilidade social continuou intensa, com pequenas variações, e a estrutura social permaneceu desigual”.

A amostra de 1996 (chefes de família, homens de 20 a 64 anos de idade) mostra que ocorreu um aumento de 5% da mobilidade do Brasil em relação aos dados estudados em 1973. Este aumento, para os autores, significa que a sociedade está mais dinâmica do que na década de 70. Além disso, esta mobilidade mais recente, assim como a das décadas de 60 e 70 também decorre da mobilidade de distâncias mais curtas devido o esvaziamento do estrato social mais baixo composto por trabalhadores rurais.

A mobilidade social do Brasil de antes ocorria, pois era estrutural, ou seja, as transformações na composição setorial do mercado de trabalho faziam com que esse tipo de mobilidade existisse. Pessoas que tinham pouquíssimo preparo profissional acabavam aproveitando bem as oportunidades de trabalho que surgiam devido à geração de novos empregos na indústria, comércio, bancos, empresas estatais, etc entre 1950 e 70. Assim, no passado, houve pouca mobilidade circular (por trocas de posição). Porém, nos anos 90, o que se observa no Brasil é uma redução da mobilidade estrutural e em aumento da mobilidade circular, que aumentou 24 % de 1973 para 1996.

Portanto, isto mostra que o mercado de trabalho está se tornando mais competitivo, pois para algumas pessoas subirem, outras devem desocupar seus lugares descendo. E este fato acontece principalmente porque a qualificação, a competência, e a educação possuem um peso muito maior em relação à década de 70.

Nos anos 90 a estrutura ocupacional abriu-se em áreas mais importantes. O topo da pirâmide, representado pelo estrato social mais alto, a elite, passou de 3,5% para quase 5% representando um aumento de 43% e o estrato médio superior, a classe média-alta, saltou de 6% para 7,5%, exibindo um aumento de 25%. Assim, os estratos mais altos da sociedade brasileira passaram a abrigar uma porcentagem maior de chefes de família. No nível mais baixo da pirâmide, ocorreu um aumento de 16% para 23,5% no estrato

baixo-superior (trabalhadores manuais urbanos sem qualificação) e o estrato médio-baixo (trabalhadores manuais urbanos com qualificação) aumentou de 24% para 27%.

Os dados mostram que ocorreu uma marcante diminuição da base da pirâmide social. Isso se deu, pois em 1973, entre os pais dos chefes de família, 65% pertenciam ao estrato baixo inferior. Já entre seus filhos esse percentual caiu para 32%. Em 1996 a queda continuou, pois os pais dos chefes de família eram 55% e os filhos 24%.

Ocorreu também um aumento dos estratos médios, que já havia sido observado em 1973. Os dados de 1996 mostram que entre pais e filhos, o estrato médio-baixo passou de 16% para 27% e o estrato médio-superior aumentou de 3,4% para 7,4%. O único estrato médio que apresentou uma queda foi o estrato médio-médio que passou de 18,5% para 13%.

No geral, hoje se pode ver que o topo da estrutura social brasileira (estratos altos e médio-superior) engloba 12,3% dos chefes de família, sendo que na década de 70 englobava apenas 9,8%. Esse estrato cresceu 25%.

A estrutura social de 1996 se mostra um pouco mais aberta. Os movimentos de ascensão que ocorreram na década de 70 continuaram ocorrendo num passado recente. Isso quer dizer que ainda na década de 90 muitos subiram pouco e poucos subiram muito.

Porém, não existiu estrato social que se reproduziu inteiramente. Apenas o estrato baixo-inferior que mais se reproduziu, onde 90% dos trabalhadores rurais são filhos de trabalhadores rurais. Já no estrato alto a reprodução é bem menor, ou seja, apenas 18,4% dos ricos são filhos de ricos. Mais de 80% das pessoas que estão no estrato alto chegaram nesta posição vindos de estratos mais baixos. Na década de 70 este fenômeno já era observado, mostrando que a heterogeneidade dos estratos mais altos vem de longe e manteve-se atualmente.

Assim, isto significa que a causa da passagem de um estrato para o outro continua a mesma. Portanto, para os autores a mobilidade continuou, mas a facilidade ou a dificuldade de se movimentar na estrutura social não mudou muito. Nos estratos mais baixos a dinâmica ainda continua maior e as chances de mobilidade continuam as mesmas.

A sociedade brasileira continuou no seu dinamismo vindo da década de 70. A mobilidade ainda existe e isto sugere que os pobres não permanecem pobres a vida inteira. Os estratos mais baixos são os que possuem maior fluidez com maior velocidade.

A década de 90 se encontra desse jeito em relação à mobilidade social pois reflete os movimentos dos indivíduos das décadas anteriores. As décadas de 60 e 70, como foi visto antes, foram marcadas por grande crescimento econômico e geração de empregos. No final da década de 70 e início da de 80 o que se viu foram sucessões de crise e recessões. Toda a década de 80 foi marcada por declínio econômico e estagnação e durou até os anos 90. O mercado de trabalho refletiu a desaceleração econômica e o desemprego aumentou, aumentando por sua vez a informalidade.

O emprego formal cresceu muito durante as décadas de 60 e 70 e nos anos 90 o que se viu foi um declínio do emprego formal, principalmente o público. Os que trabalhavam na administração pública passaram a ser dispensados em grande quantidade. Para os que ficaram, a redução salarial foi imensa.

O que garantiu a mobilidade de curta distância foi a diversificação dos empregos, e a mobilidade de longa distância continuou para uma pequena minoria. A desaceleração econômica, o aumento do desemprego e a deterioração do emprego formal levaram a um pequeno crescimento da mobilidade social, de apenas 5%. Mas é sempre bom lembrar que estes autores achavam que a mobilidade pelo menos cresceu e que a economia continuava de certa forma tendo algum dinamismo.

Pastore e Silva (2000) dizem ainda que o aumento da mobilidade só não foi menor devido à compensação trazida pelo aumento das oportunidades educacionais. Durante os últimos 30 anos estas oportunidades cresceram principalmente durante os anos 70 e o final dos anos 90. O analfabetismo caiu em torno de 6% entre 1980 e 1996, com o aumento do emprego formal no passado recente e a exigência de maior qualificação, os jovens formam atrás de educação, o que estimulou a ascensão social. Além disso, nos últimos 30 anos, aumentou muito o número de matrículas em todos os níveis de ensino e em 1996 as redes de ensino em todo o Brasil foram capazes de atender todas as crianças de 7 a 14 anos. O problema passou a ser manter os estudantes nas escolas e nas séries adequadas. Na década de 90 o principal fenômeno educacional observado foi a grande expansão do ensino médio, onde a matrícula duplicou neste nível de ensino durante esta época.

No final do século XX a revolução tecnológica e as novas formas de produzir e vender tornaram o mercado de trabalho mais seletivo, exigindo escolaridade mínima. Assim para ocorrer mobilidade ascendente a educação foi crucial e pelo que os autores mostram a educação deixou de ser um monopólio social muito forte.

Porém os autores afirmam que o ensino superior ainda é bastante elitizado e que o avanço da educação está aquém do que é exigido pela revolução tecnológica e pela globalização que caracterizou os anos 90. Mas o progresso da educação entre 1970 a 98 foi grande e foi um elemento importante para manter o pequeno crescimento da mobilidade social. Inclusive existe uma forte relação entre o aumento da educação e o aumento da mobilidade circular, que ocorre pelo Brasil se encaixar num ambiente mais competitivo.

A mobilidade social no Brasil se manteve entre a década de 60 e 90 e mostra que a sociedade está sempre em movimento na opinião de Pastore e Silva (2000). Mas os movimentos ocorrem dentro das mesmas regras: muitos percorrem grandes distâncias e muitos percorrem pequenas distâncias. Os autores também concordam que a desigualdade se manteve.

Mobilidade Intergeracional:

Este tipo de mobilidade mostra a transição realizada pelos filhos em relação aos pais. O estudo de Pastore e Silva (2000) mostra que 24% dos brasileiros permaneceram no estrato baixo-inferior, ou seja, não subiram em relação a seus pais. Os estratos baixo-superior e médio-inferior englobam 50,3% dos indivíduos, portanto, mais da metade dos brasileiros trabalham em ocupações manuais (qualificadas ou não). Os estratos médio-médio, médio-superior e alto são ocupados por grupos de trabalhadores não manuais e representam 25,7% dos indivíduos. Assim esses dados mostram que a sociedade brasileira esta dividida em um quarto da população ocupando trabalhos manuais rurais, 50% ocupando trabalhos manuais urbanos e o outro quarto é composto por trabalhadores não manuais.

A distribuição do status atribuído é mais concentrada no estrato baixo-inferior (trabalhadores rurais), pois para este grupo o peso da herança é mais forte. Os atuais trabalhadores rurais estão nesta posição como uma decorrência do fato de seus pais serem trabalhadores rurais manuais. Isso implica na mobilidade estrutural, pois o esvaziamento relativo dos trabalhadores rurais via migração urbana provocou muita mobilidade social ascendente.

A imobilidade brasileira na década de 90 foi de 36,8%, assim, foi essa porcentagem de indivíduos que se encontram na mesma posição que seus pais e mostra o peso da herança social na sociedade brasileira. 63,2% é a proporção de indivíduos móveis. Isso mostra na opinião destes autores que a sociedade brasileira possui uma alta mobilidade (tanto para cima como para baixo). Os filhos, em relação aos seus pais se

movimentam muito. A mobilidade ascendente foi de 49,6% e a descendente foi de 13,6%. Assim 86,4% dos brasileiros estão em posição igual ou melhor que seus pais na década de 90.

Peso da Herança Social:

A proporção relativa de pessoas de mesma origem que alcançaram um certo estrato ocupacional de destino é a maneira que se encontrou para ver a influência da origem social dos indivíduos sobre suas realizações ocupacionais. Na década de 90 o que mais se vê é a permanência dos filhos na mesma posição que os pais gerando, portanto, certa imobilidade. Isso ocorre com maior frequência nos estratos mais baixos. Assim, o peso da herança social é mais forte no caso de filhos e pais do estrato baixo-inferior. Os trabalhadores rurais praticamente são filhos de trabalhadores rurais.

Conforme os estratos vão seguindo para níveis mais altos, o peso da herança vai diminuindo. Os outros estratos apresentam maiores chances de subida.

Isso pode ser explicado, porque as zonas urbanas são bastante diferentes em relação às zonas rurais. A mobilidade social na primeira é muito mais intensa. As chances de mobilidade social no Brasil se encontram muito mais nas cidades.

Mobilidade Intrageracional:

É a mobilidade que se dá após a entrada do indivíduo no mercado de trabalho. Analisa a primeira ocupação do indivíduo com sua ocupação atual. A mobilidade de carreira (ou intrageracional) é bem menor que a mobilidade intergeracional. A maioria dos indivíduos permanece na posição na qual iniciaram sua carreira. 58,9% dos que iniciaram seu trabalho como trabalhadores rurais, permaneceram nesta posição. Dos que começaram em profissões manuais não qualificadas urbanas, 53% continua na mesma posição. Daí pra frente nos estratos a imobilidade se torna maior, sendo no estrato alto uma imobilidade de 78,6%.

A mobilidade intrageracional tende ser menor que a mobilidade intergeracional, pois o horizonte temporal entre os pontos de partida e chegada é menor. No total, cerca de 61% dos indivíduos se encontravam no mesmo grupo ocupacional em que começaram a trabalhar e Pastore e Silva acreditam que esta imobilidade venha do fato que grande parte dos indivíduos da pesquisa de 1996 eram jovens e para eles a carreira se encontrava em estágio inicial.

Dentre os 39% que tiveram mobilidade, a grande parte foi de ascensão social. 30% se encontraram em situação melhor do que a que começaram a sua carreira e apenas 9% sofreram uma piora em suas carreiras.

De acordo com a origem dos indivíduos observa-se que o estrato com maior imobilidade intrageracional é o estrato alto, com 80% dos indivíduos continuando no estrato que começou a carreira.

Além disso, a mobilidade ascendente é muito maior no estrato baixo-superior do que no estrato médio-inferior. Assim no mundo das ocupações manuais foi constatado que as chances de melhoria de status são superior entre trabalhadores não-qualificados do que entre os mais qualificados. Assim, quanto melhor sua situação inicial, há menor ascensão social. Isso também ocorre entre os estratos médio-médio e o médio-superior.

Mobilidade Estrutural e Circular:

São identificados quatro fatores de mobilidade social: fecundidade e mortalidade diferencial, mudanças na distribuição ocupacional, imigração externa, e mobilidade de circulação. Os três primeiros fatores podem se agrupar em um grupo maior e ser chamado de mobilidade estrutural. A mobilidade circular representa a associação de entre origens e destinos ocupacionais independente dos demais fatores.

Para apenas um indivíduo é difícil dizer qual tipo de mobilidade esta sofrendo, mas para uma sociedade inteira se torna mais fácil. Na década de 90 o que seu foi uma mobilidade de 63,2% sendo que 31,4% foi mobilidade estrutural e 31,8% foi mobilidade circular. Assim, pode-se notar que no Brasil os dois tipos de mobilidade possuem uma amplitude quase igual. Na década de 70 a mobilidade estrutural era bem maior que a mobilidade circular devido ao crescimento econômico e as novas oportunidades que surgiam no Brasil.

Os autores concluem que na década de 90 a imobilidade sofreu uma redução de 4,7% em relação à década de 70. Esse aumento da mobilidade foi distribuído de forma equivalente entre mobilidade descendente (2,3%) e a mobilidade ascendente (2,4%). Mesmo assim, eles concluem que na década de 90 a sociedade brasileira está mais dinâmica que na década de 70.

É verdade que a mobilidade atual aumentou, porém com a redução do ritmo de urbanização, a mobilidade estrutural diminuiu. Isso fez com que a mobilidade circular crescesse 6,1%, o que significa um aumento de 24% em relação aos anos 70.

A Tabela abaixo mostra um resumo desses resultados da mobilidade social entre a década de 70 e 90:

| Tipos de mobilidade | 1973 | 1996 | Diferença |
|----------------------------|-------------|-------------|------------------|
| Imobilidade | 41,5 | 36,8 | -4,7 |
| Mobilidade Geral | 58,5 | 63,2 | 4,7 |
| Ascendente | 47,2 | 49,6 | 2,4 |
| Descendente | 11,3 | 13,6 | 2,3 |
| Mobilidade Estrutural | 32,8 | 31,4 | -1,4 |
| Mobilidade Circular | 25,7 | 31,8 | -6,1 |

Fonte: PASTORE & SILVA, *Mobilidade Social no Brasil* (2000).

É importante lembrar que neste trabalho Pastore e Silva (2000) não abordam de forma relevante a desigualdade no Brasil. Em alguns momentos de maneira bastante breve eles chegam a dizer que o Brasil continua sendo um país desigual, porém não fazem uma análise mais elaborada e nenhuma comparação com as décadas anteriores sobre isto. Isso mostra mais uma vez o caráter conservador e otimista de Pastore.

Em 2002, outro trabalho sobre Mobilidade Social foi lançado pelo Prof. Paulo de Martino Januzzi. É um trabalho que analisa a mobilidade social nos anos 90, no contexto de mudanças estruturais da base produtiva e da conjuntura do mercado de trabalho. Para isso, o autor usou as PNADs de 1982 e 1996 e seu objetivo é ver em que medida a perda da participação da indústria na estrutura ocupacional, a diminuição dos fluxos migratórios do meio rural para as cidades, a migração para os centros mais urbanos do território nacional, a ampliação das oportunidades educacionais e do crescimento do emprego público impactaram na mobilidade social durante os anos 90.

Januzzi mostra que os principais trabalhos feitos sobre mobilidade social nas últimas décadas confirmam o que Pastore e Silva mostram em seu trabalho. Portanto, ele conclui que fica claro dizer que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira nos últimos 50 anos teria sido acompanhada de um processo intenso de mobilidade social ascendente. As mudanças estruturais como a industrialização, a migração rural-urbana e a ampliação da educação fez com que a maior parte da população passasse a ocupar postos de trabalho urbanos, não manuais ou de maior qualificação.

A industrialização foi um marco importante, pois agiu como um fator dinamizador da sociedade brasileira. Criou novas oportunidades de trabalho na indústria, e com o

crescimento das cidades alguns serviços surgiram, como transporte, e o comércio, ampliando as novas oportunidades. A migração rural-urbana e o aumento da educação foram fenômenos que surgiram para atender a demanda por mão de obra que surgia com o aumento do investimento nas cidades e nas indústrias.

Assim, nesses últimos anos, Januzzi caracterizou a mobilidade social como intensa, porém que se concentrou na base da pirâmide social devido ao grande peso da herança social e pelas curtas distâncias percorridas pela maioria. Ele afirma que este tipo de mobilidade é antiético, já que muitos caminham pouco e poucos caminham muito, visão que o Pastore não possui. E essa mobilidade acontece porque possui uma natureza restrita entre trabalhadores rurais e seus filhos. As oportunidades ocupacionais destes trabalhadores rurais quando chegavam nas cidades eram restritas as ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano. Ou seja, já era ascender socialmente sair do campo e morar na cidade, porém isso não queria dizer muito, pois as condições de vida nas cidades ainda eram as piores.

A partir da década de 90 as condições gerais do mercado de trabalho urbano se tornaram mais desfavoráveis, com baixa expansão do emprego formal, aumento dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem contrato de trabalho formalizado e fortes oscilações do nível de emprego e do rendimento médio. Deste modo, os fatores que determinaram a mobilidade social ascendente até a década de 90 de perderiam, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais e seria mais difícil para trabalhadores rurais e manuais urbanos ascender como ocorria antes.

A classificação metodológica ocupacional dos estratos proposta por Januzzi também é diferente da que Pastore propõe desde seus primeiros trabalhos sobre mobilidade. Como já foi visto antes, Pastore divide a sociedade em seis estratos ocupacionais: o alto, o médio-superior, o médio-médio, o médio-inferior, o baixo-superior e o baixo-inferior. Com isso ele separa os trabalhadores rurais manuais (baixo-inferior) dos trabalhadores urbanos manuais sem qualificação (baixo-superior).

Januzzi propõe que as ocupações presentes no mercado de trabalho brasileiro estariam reunidas em cinco grandes grupos. Estes cinco estratos sociais seriam:

- Alto status: elite de proprietários e profissionais de nível superior;
- Médio alto status: segmento de pequenos proprietários, chefes, supervisores, empregados qualificados de escritórios e técnicos de média especialização na indústria e serviços;

- Médio status: conjunto de ocupados no comércio, serviços e postos qualificados da indústria;
- Médio baixo status: empregados e autônomos na prestação de serviços de baixa qualificação, construção civil e indústria tradicional;
- Baixo status: ocupações rurais e urbanas de baixa qualificação e/ou remuneração.

Januzzi opta por colocar num mesmo estrato social as ocupações rurais e as urbanas de baixa qualificação, e isso faz com que sua sociedade fique dividida em cinco estratos e não em seis como é a de Pastore.

Essa opção por ter cinco categorias de estratos sociais torna menos sensíveis movimentos para cima e para baixo da estrutura sócio-ocupacional, mas Januzzi garante que se dividido assim, as análises terão maior robustez no tratamento de dados provenientes de pesquisas amostrais. Ele justifica a união dos dois últimos estratos pela proximidade dos níveis médios de escolaridade e rendimentos como também pelo padrão dos indicadores de precarização de inserção no mercado de trabalho, como o risco do desemprego, rotatividade, grau de formalização da relação contratual e contribuição previdenciária.

Após esta discussão Januzzi (2002) faz uma discussão para cada item da mobilidade social.

Mobilidade intergeracional: o autor mostra que a partir das PNADs utilizadas para o seu estudo ocorreu mobilidade, já que quase metade dos chefes de família ascenderam para posições de maior status que seus pais ao longo do século passado. Este resultado é bastante surpreendente, pois conforme a distribuição da população entre estratos de Januzzi, os trabalhadores rurais e urbanos manuais sem qualificação estão no mesmo estrato e achava-se que grande parte da mobilidade era explicada com a migração rural-urbana. Na concepção de Pastore e Silva, mudar para a cidade já era uma certa ascensão social e, portanto aumentava a mobilidade. Mas de acordo com Januzzi esses tipos de trabalhadores estão no mesmo estrato, o que significa que a mobilidade não foi causada apenas por isto.

Deste modo, a mobilidade intergeracional também pode ser explicada pela mobilidade de outros trabalhadores que vinham de famílias com pais em estratos de baixa renda/qualificação na zona urbana, que faziam parte da mão de obra no Brasil há alguns anos atrás.

Entre 1982 e 1996, mas da metade dos chefes de família originários de famílias com pais em ocupações de baixo e baixo-médio status ascenderam em relação aos mesmos.

Também se pode observar um aumento da mobilidade descendente devido a uma conjuntura desfavorável para a criação de novas oportunidades nos anos 90. Isso se explica pela mobilidade descendente dos chefes de família vindos dos estratos médios e superiores da pirâmide social. O risco de não alcançar postos equivalentes ao de seus pais aumentou. Além disso, filhos oriundos do estrato Alto acabavam ocupando postos de trabalho mais baixos que seus pais na década de 90.

Januzzi conclui que aqueles que entraram no mercado de trabalho entre 50 e 70 tiveram maiores oportunidades de alcançar posições sócio-econômicas mais altas, criadas pelo crescimento econômico e industrial. Isso se torna mais difícil para quem esta entrando no mercado de trabalho agora ou durante toda a década de 90 onde as oportunidades soa menores.

Mobilidade intrageracional: como conseqüência das mudanças estruturais da economia nas ultimas décadas a maior parte da mão de obra teria conseguido alcançar postos de trabalho melhores ao longo de sua vida profissional, pelo menos ate o inicio dos anos 80. Pela PNAD de 82 podemos ver que 52% dos chefes de família do sexo masculino conseguiram subir.

Porém a pesquisa de 1996 mostra que a conjuntura da década de 90 foi desfavorável para o mercado de trabalho e refletiu –se de forma significativa na mobilidade intrageracional. De 52% chefes de família que ascenderam no início da década de 80, este número caiu para 41%. Em 1982 4% dos chefes de família caíram de posição e em 1996 esse número sobe para 13%.

Esse fenômeno foi bastante observado entre os indivíduos que iniciaram suas carreiras em posições mais qualificadas, onde o descenso foi de 19% em 80 para 45% nos anos 90. Assim se manter na mesma ocupação passou a ser bem mais difícil nos últimos anos.

Entre os indivíduos que pertenciam ao médio-alto status e os que possuíam alguma qualificação a situação também não foi boa. Isso devido ao final do ciclo de crescimento vivido pela economia brasileira. Apenas os trabalhadores rurais e urbanos não qualificados desfrutaram de algumas oportunidades. Portanto se tornou mais difícil crescer profissionalmente com a diminuição das oportunidades e as incertezas, como perder o emprego e ocupar posições mais baixas, aumentaram.

Assim, os indivíduos que entraram no mercado entre os anos 50 e 70 tiveram maior oportunidade de carreira, porém depois ficaram expostos com a crise e a instabilidade dos anos 80.

Januzzi também entra na discussão sobre mobilidade social conforme grupos sócio-demográficos e chega a conclusão que mulheres, negros, mais jovens e menos escolarizados são os grupos com mobilidade ascendente mais baixa. Já os homens, brancos e amarelos, mais escolarizados e mais maduros são aqueles com mobilidade de carreira mais elevada.

Isso mostra a diminuição de chances de ascensão social que o diploma de ensino básico ou superior antes parecia garantir. Na verdade isto quer dizer que a ampliação da oferta educacional no país esta muito limitada para conseguir superar as desigualdades sociais. Ou seja, a educação continua sendo um monopólio social para poucos, o que acaba aumentando a desigualdade. Com a industrialização e o crescimento das cidades nas décadas passadas, a educação se expandiu, principalmente pela necessidade de mão de obra um pouco mais qualificada nas indústrias. Porém ter educação completa e de boa qualidade sempre foi para poucos. Muitos acabavam deixando de estudar porque tinham que ajudar em casa para aumentar os rendimentos e conseguir sobreviver.

Entre as mulheres chefes de família se vê um fenômeno interessante: na década de 90 elas sofreram mobilidade descendente de 21% sendo que seu ingresso em diversas modalidades de trabalho se tornou maior. Isso pode ser explicado pelo aumento de empregadas domésticas no mercado de trabalho urbano que vieram de postos de trabalho mais qualificados, além disso, muitas mulheres deixam sua vida profissional para cuidar de suas obrigações maternas.

A discriminação na contratação e promoção em cargos de chefia também é um fator que diminui a mobilidade ascendente de negros. Isso significa que alguns seguimentos da sociedade ainda são preconceituosos. Na PNAD de 1996 a mobilidade descendente para chefes brancos foi de 12% enquanto para chefes negros foi de 15%. Esse problema existe porque boa parcela da população negra não possui a educação exigida pelo mercado contratante.

A falta de educação não foi o fator limitante para a ascensão de trabalhadores rurais que se situavam nos estratos médio e médio-baixo status. As ocupações de média qualificação nas cidades proporcionaram as oportunidades de mobilidade social para estes trabalhadores, porém o corte de postos de trabalho na indústria que ocorreram nos últimos anos fez com que ocorresse o efeito contrário: 20% daqueles que começaram

suas carreiras em postos industriais acabaram caindo para um status mais baixo. Portanto, mesmo saindo do campo e indo para a cidade significava melhora de vida, o que se viu nas cidades nos últimos tempos foi um aumento da mecanização, que acabou dispensando vários empregados que acabaram caindo para status inferior, além da conjuntura econômica exigir que as indústrias se tornassem mais eficientes, eliminando pequenos produtores e assim sendo, demitindo pessoas que começaram sua carreira nas indústrias pequenas.

A mobilidade ascendente de empregados sem carteiras está relacionada a trabalhadores rurais, de construção civil e com o aumento do emprego informal devido a dificuldades econômicas.

Nos anos 70 também se viu um fenômeno interessante de desconcentração da base produtiva na área da região metropolitana de São Paulo para outras regiões. Isso é claro que impactou sobre a mobilidade social. Os estados do Sul e o interior do estado de São Paulo foram as regiões que mais ofereceram condições estruturais para ocorrer mobilidade ascendente. 50% dos chefes dessas regiões conseguiram ascender, sendo que no país todo essa porcentagem foi de 41,5%.

Na região metropolitana de São Paulo a mobilidade descendente fica em torno de 15%, mostrando que essa região ainda possui uma conjuntura difícil no mercado de trabalho.

A fronteira agrícola, que se constituiu basicamente da saída de pessoas do sul para ocupar regiões do Centro-Oeste e Norte com plantações de grande extensão e para exportação, também gerou uma certa mobilidade ascendente. Os migrantes conseguiram se tornar proprietários agrícolas ou então ocupar cargos urbanos de maior status relacionados às atividades urbanas nas cidades que se encaixavam nas fronteiras agrícolas.

Januzzi conclui de forma mais realista (em relação a Pastore e Silva) seu trabalho dizendo que as condições estruturais que possibilitaram uma mobilidade ascendente até os anos 70 não existem mais atualmente. O mercado de trabalho passou a sofrer devido à perda de dinamismo industrial, que se explicitou com o aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e da mobilidade descendente.

5) Conclusão

Meu objetivo quando resolvi escrever esta monografia era tentar descobrir se a década de 90 possuiu mobilidade social (e como ela se desenvolveu) e qual foi sua relação com a desigualdade. Para fazer isto usaria diferentes interpretações do mesmo tema e estudaria as décadas passadas, já que eu não possuía muitos dados da década de 90 e porque o passado se desenvolveu de tal forma que resultou no que a sociedade brasileira é hoje.

Em um período muito curto de tempo (dos anos 50 para cá), o Brasil passou por profundas transformações econômicas e sociais, que só ocorreram devido à industrialização. O país deixou de ser predominantemente agrícola para exportação e passou a ser industrializado. Passou-se a produzir internamente o que o mercado interno demandava, inclusive bens de capital e bens intermediários. O Brasil foi o país que mais cresceu nestes anos, mesmo comparado a países do Centro.

O Brasil também se tornava um país urbano. As cidades cresciam e a população passou a morar nelas. Os meios de comunicação se propagavam e os serviços das cidades também cresciam.

Essas mudanças e as altas taxas de crescimento econômico fizeram surgir novas oportunidades de trabalho, investimento e negócios, causando mudanças na estrutura social. A sociedade se movimentou e o trabalho urbano passou a ser a principal ocupação.

Até os anos 70 o que se viu foi um dinamismo da sociedade brasileira e o que parecia era uma melhora social, através da mobilidade estrutural ascendente, o acesso de novos padrões de consumo, o aumento de níveis de emprego, etc.

Porém isso só dificultava enxergar que a desigualdade crescia. A concentração de terra, riqueza e renda piorou. No meio rural a pobreza continuou reforçada pela mecanização do campo sem ter tido uma reforma agrária. A pobreza do meio urbano se espalhou para todas as cidades grandes do território nacional. A consolidação do capitalismo dinâmico gerou profundas desigualdades de acesso a oportunidades, a terra, a moradia, a propriedade, a renda, a educação, ao consumo, etc. Torna-se algo até extraordinário, pois o Brasil teve um dos maiores desenvolvimentos econômicos e materiais, mas foi marcado por grandes desigualdades sociais.

Os monopólios sociais continuaram existindo e nunca foram feitas políticas sociais e distributivas para melhorar este quadro. Mas para a população era ainda suportável, já

que nos anos 70 existia a desigualdade, mas também existia a esperança de subir na vida. A sociedade estava em movimento e a mobilidade era ascendente para todos os estratos sociais. O único problema era que mesmo havendo mobilidade estrutural, esta também era desigual porque poucos indivíduos subiam muito e muitos indivíduos subiam pouco. Mas para eles isso já era algo bom.

Nos anos 80 vemos uma década estagnada e sem dinamismo e crescimento algum. Em um contexto de muitas crises e a economia parada a mobilidade social também fica parada. A sociedade se torna imóvel. Ninguém subia e ninguém descia. Deste modo se tornou mais fácil enxergar que o Brasil se tornara um país mais desigual do que era antes.

O modelo econômico sustentado e subsidiado pelo Estado se esgotou, principalmente pela queda da eficiência e competitividade do sistema produtivo. Assim sendo, o Brasil entra nos anos 90 com um novo modelo, o neoliberal, que troca a equidade pela eficiência. Tornou-se muito mais importante a estabilização da economia brasileira, a diminuição da inflação, a esfera produtiva e financeira e a abertura dos fluxos de capitais e produtos. E as políticas sociais, mas do que nunca, foram deixadas de lado.

Isso fez com que a sociedade diminuísse o seu ritmo e ocorresse uma piora social. A sociedade continuou em movimento, porém em queda. Mesmo a mobilidade tendo crescido 5% é importante lembrar que metade desde crescimento da mobilidade se deve pelo aumento da mobilidade descendente.

A situação se tornou muito mais difícil para a sociedade nos anos 90, pois ocorreu um descaso em relação às políticas sociais e distributivas, e com os planos de estabilização, os cortes com investimentos e gastos foram altos, reduzindo ao mínimo as oportunidades existentes. O Brasil decresceu nessa última década.

Em relação à educação podemos até dizer que mais pessoas estão indo para as escolas. Mas a educação é de péssima qualidade e continua sendo um monopólio social principalmente para o ensino médio e superior. E como hoje em dia o que se precisa é de eficiência e qualificação, se torna muito difícil que esta em baixo subir para algum lugar. Enquanto os monopólios sociais não acabarem e o governo não fizer as reformas necessárias, com a agrária, a previdenciária e tornar acessível para toda a população condições dignas de viver, o Brasil vai continuar desigual.

Também podemos ver com este novo modelo neoliberal que o Brasil continua sendo muito dependente dos países do centro, principalmente pelas ordens do FMI. Nesta época onde o capitalismo cresce conforme a valorização do capital feita pela esfera

financeira e tecnológica a dependência se torna ainda maior. Assim para conseguir importar tecnologia e trazer recursos estrangeiros, devemos nos submeter a um ajuste exportador. Ou seja, deixamos tudo de lado, inclusive nosso mercado interno, para produzir commodities exportáveis. Estamos regredindo e nos tornando colônia no neoliberalismo. E isto implica em aumentar a desigualdade tanto dentro do país como em relação ao exterior.

Por isso, depois de todo o estudo, acredito que na década de 90 ocorreu mobilidade social, mas para baixo e que o Brasil se encontra cada vez mais desigual.

6) Referências Bibliográficas:

HENRIQUE, Wilnês. (1999) *O Capitalismo Selvagem: Um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: IE-Unicamp. Tese de Doutorado.

JANUZZI, Paulo de Martino (2002) *Mobilidade Social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90*.

NOVAIS, Fernando A. e MELLO, João Manuel C. (1997) *Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna*. In: NOVAIS, Fernando A. (org) *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo, SP. Editora: Cia das Letras.

PASTORE, José. (1979) *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. Vol. 1. São Paulo, SP. Editora: Ediusp.

_____. & HALLER, A. (1993) *O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil?* In: ALBUQUERQUE, R. & VELLOSO, J.P.R. *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo, SP. Editora: Nobel.

_____. & VALLE SILVA, N. (2000) *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, SP. Editora: Makron.